

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT04.006

O PROCESSO EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Nelia da Fonseca Pinto Ferreira¹
João Manoel Magalhães Cruz²
Flávia Teixeira Silva Pires³
Carolina Crespo Istoe⁴
Rosalee Santos Crespo⁵

RESUMO

A pesquisa busca examinar como a ideologia capitalista influencia profundamente a estrutura e administração da educação, moldando a cosmovisão de mundo dos indivíduos e transformando a educação em um campo guiado pela rentabilidade financeira. A partir da problemática, buscou-se responder como o capitalismo interfere no modus operante de como é desenvolvida a educação em um contexto de capitalismo e mercantilização do processo educacional. Os objetivos específicos buscam investigar o impacto das práticas educacionais capitalistas na percepção dos indivíduos, discutir as consequências da mercantilização da educação relacionando-a com o conceito de equidade social e analisar abordagens pedagógicas alternativas. O procedimento metodológico perpassou pela revisão bibliográfica pertinente ao tema, fazendo análise da literatura relevante, para compreensão das

- 1 Mestranda no Programa de Pós-graduação Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. E-mail: nelia@gmail.com
- 2 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. E-mail: joaomanoel.faecetec.rj@gmail.com
- 3 Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. E-mail: flaviateixeira@gmail.com
- 4 Doutora em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde Universidade Federal Fluminense – RJ. E-mail: carolcistoe@yahoo.com.br
- 5 Doutora e professora do programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense – RJ. E-mail: rosaleeistoej@gmail.com



interações entre capitalismo e educação. Os resultados indicaram que as práticas educacionais capitalistas exercem influência significativa em comportamentos individuais e coletivos, gerando obstáculos à equidade e inclusão social. Nesse contexto, vislumbra-se a presença de pensamentos pedagógicos alternativos que desafiam as dinâmicas capitalistas, destacando a necessidade de reestruturação do sistema educacional, a fim de promover uma sociedade mais justa, crítica e consciente. Verificou-se que a influência da ideologia capitalista limita a educação a um instrumento de mercado, ao invés de uma ferramenta de emancipação e desenvolvimento integral dos indivíduos em sociedade.

Palavras-chave: Capitalismo; Mercantilização; Educação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No atual panorama educacional, a influência da ideologia capitalista permeia profundamente não apenas a estrutura e a administração da educação, mas também nossa compreensão global do mundo. Este fenômeno reflete uma tendência preocupante na qual a educação, historicamente considerada um direito fundamental, é cada vez mais moldada e restrita pelas lógicas de mercado e pelas estruturas sociais e econômicas dominantes. Essa abordagem transforma a educação em um campo influenciado pelo lucro e pela eficiência, desviando-se de seu papel essencial na promoção do desenvolvimento humano e na redução das desigualdades sociais.

A educação, sob a sombra do capitalismo, enfrenta o desafio de se libertar das restrições impostas por uma mentalidade que valoriza o lucro acima da equidade e da inclusão. O Estado, que tradicionalmente desempenhava um papel central no financiamento e na gestão da educação, encontra-se cada vez mais marginalizado, dando lugar a práticas que favorecem a privatização e a comercialização da educação. Esse cenário altera não apenas a natureza da educação, mas também a responsabilidade social e a função que ela desempenha na sociedade.

Além disso, a mercantilização da educação reflete uma visão mais amplado mundo, onde os valores capitalistas influenciam profundamente nossas estruturas sociais e econômicas, gerando um impacto significativo na maneira como percebemos e valorizamos o conhecimento, o aprendizado e o desenvolvimento humano. Em tal contexto, a educação corre o risco de ser reduzida a uma ferramenta para perpetuar o *status quo*, em vez de servir como um meio para o desenvolvimento crítico e a transformação social.

Assim, o desafio contemporâneo para a educação vai além da questão de acesso e qualidade. Ele abrange a necessidade de repensar e reestruturar o sistema educacional de maneira que resista e desafie as pressões do capitalismo, promovendo uma educação que seja verdadeiramente emancipadora, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

Neste contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar a influência do capitalismo na formação social do indivíduo através do sistema educacional. Para alcançar este objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: Investigar como as práticas e políticas educacionais capitalistas influenciam na percepção e no comportamento dos indivíduos; Examinar o impacto da mer-

cantilização da educação na equidade e na inclusão social; Explorar alternativas pedagógicas que promovam um desenvolvimento humano menos influenciado pelas dinâmicas capitalistas.

A questão de pesquisa busca compreender de que maneira o sistema educacional, influenciado pela ideologia capitalista, afeta a formação social do indivíduo? Para responder a este questionamento, a metodologia adotada para esta pesquisa foi a revisão bibliográfica. Este método envolverá a análise da literatura existente sobre o tema, incluindo trabalhos acadêmicos, artigos, livros e relatórios de pesquisa relevantes.

Ademais, o tema deste estudo é de vital importância, pois a educação é um pilar fundamental na formação dos indivíduos e da sociedade. Compreender como o capitalismo influencia a educação é crucial para identificar as limitações e desigualdades que este sistema pode impor. Além disso, este artigo contribuirá para a discussão sobre como a educação pode ser reestruturada para promover um desenvolvimento mais justo e equitativo, desafiando as normas capitalistas e fomentando uma sociedade mais crítica e consciente.

1. VARIAÇÕES NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O MODO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO SOCIAL

A análise do processo educacional revela que este varia significativamente ao longo da história e entre diferentes sociedades. Esta compreensão se apoia no materialismo histórico, uma teoria destacada por Marx (1986) e reiterada por Korsch (1983), que enfatiza a singularidade de cada contexto social. Essa singularidade se manifesta em diversos aspectos, incluindo a estrutura e a natureza do Estado, a composição da economia e a natureza dos bens e serviços produzidos. Por exemplo, o Estado em uma sociedade capitalista difere substancialmente do Estado em uma sociedade despótica. Analogamente, os produtos e serviços em uma sociedade escravista diferem dos de uma sociedade capitalista. Essas diferenças são igualmente evidentes no sistema educacional, que se adapta e reflete as características específicas de cada sociedade.

Para aprofundar esse entendimento, é essencial clarificar o conceito de modo de produção, um elemento central do materialismo histórico. Este conceito, que compreende relações de produção e forças produtivas, é vital para a compreensão de qualquer sociedade (LAVAL, 2004). A predominância de um modo de produção específico, acompanhado por possíveis modos subordina-

dos, define a estrutura socioeconômica de uma sociedade. Estas relações de produção, que são a essência de um modo de produção, podem ser baseadas em cooperação, como nas sociedades sem classes, ou em exploração, como nas sociedades classistas.

Além disso, conforme argumentado por Marx (1983) e expandido por Viana (2007), cada modo de produção influencia a criação de estruturas sociais, como instituições jurídicas, políticas e ideológicas, referidas como superestruturas. Ainda segundo Viana (2015) estas estruturas têm uma autonomia relativa e abrangem uma variedade de relações, processos e instituições, cujo papel principal é sustentar ou regular as relações sociais predominantes, particularmente as relações de produção. No entanto, são frequentemente sujeitas a conflitos e lutas, que variam em intensidade e escala.

Segundo Durkheim (1978), a educação é concebida como um meio de socialização, um processo através do qual os indivíduos se tornam membros efetivos da sociedade. Esta socialização se apresenta de duas formas: uma universal, na qual todos os indivíduos aprendem a serem membros de uma sociedade, e outra histórico-particular, que os adapta às especificidades de sua sociedade. Nas sociedades de classes, essa socialização pode ser genérica, abrangendo responsabilidades sociais e civis, como cidadania, ou diferencial, focada em aspectos como as classes e profissões. Na sociedade capitalista, a educação é vista de duas maneiras: como socialização geral, que engloba a educação não-formal, e como escolarização, que se refere à educação formal ou escolar.

Segundo Laval (2004) o termo “modo de educação” descreve como a socialização, seja formal ou não, ocorre em uma determinada sociedade. Dentro do capitalismo, o modo de educação é uma das manifestações sociais burguesas. Em sociedades sem classes, como as rudimentares, o modo de educação está alinhado com o modo de produção e as formas sociais da época, caracterizando-se por uma cultura homogênea e uma divisão de trabalho simples, sem a formação de classes distintas (LAVAL, 2004). Já nas sociedades classistas, observa-se uma separação mais acentuada entre os modos de produção e as formas sociais, acompanhadas por uma divisão social do trabalho mais complexa. Nesse contexto, a socialização se transforma, influenciada pelas dinâmicas de exploração, dominação e luta de classes, tornando-se heterogênea.

Na antiguidade clássica, podemos exemplificar o surgimento de instituições especializadas nesse processo de socialização, como as academias de Platão e Aristóteles, e assim observarmos como cada sociedade desenvolve

um modo de educação específico que corresponde ao seu modo de produção dominante e às formas sociais pertinentes (AZEVEDO, 2010).

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela prevalência do modo capitalista de educação, intrinsecamente atrelado às formas sociais burguesas e ao modo de produção capitalista. A obra de István Mészáros (2008) neste contexto oferece uma perspectiva crítica e inovadora sobre o papel da educação na sociedade capitalista contemporânea. Mészáros (2008) argumenta que as reformas educacionais, embora necessárias, são insuficientes para provocar mudanças significativas dentro do sistema capitalista, devido à sua natureza intrinsecamente resistente à transformação.

Mészáros (2008) explica que a educação, no interior de um sistema capitalista, é moldada de forma a perpetuar as estruturas e relações de poder existentes. Ele argumenta que a educação se torna um instrumento para manter o *status quo*, ao invés de ser um meio de emancipação e desenvolvimento crítico. Nesse caso, a crítica do autor supracitado vai além da superfície das práticas educacionais e aborda as raízes mais profundas do sistema educacional, que, segundo ele, estão intrinsecamente alinhados com os interesses do capital.

2. A EDUCAÇÃO SOB O CAPITALISMO: O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO INDIVÍDUO

O capitalismo, fundamentado na extração de mais-valia por meio da exploração do proletariado, demonstra nas relações de produção uma dualidade entre exploração e resistência. Este sistema, para sustentar-se, necessita manter as relações de produção capitalistas e promover a acumulação de capital. Este objetivo é alcançado através da criação de uma superestrutura social composta pelo aparato estatal e suas extensões (jurídicas, culturais, etc.) e as instituições da sociedade civil.

Dinheiro - considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias - pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber,

o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria (MARX, 1986a, p. 255).

Analisando a educação no contexto capitalista, é essencial compreender a sociabilidade, que se refere ao conjunto de relações sociais geradas pelo capitalismo e que influenciam na vida cotidiana. Esta sociabilidade engloba aspectos como mercantilização, burocratização e competição social. Estes elementos, intimamente relacionados, definem a natureza da educação não formal dentro do sistema capitalista (LAVAL, 2004).

A mercantilização, um componente chave da sociabilidade, reflete a expansão do capitalismo na sociedade. O processo de produzir mais-valia, ou seja, a obtenção de lucro através da exploração, é central na produção de mercadorias no sistema capitalista (CAZAVECHIA, 2016). Com a evolução do capitalismo, a produção de mercadorias se expande, substituindo a autoprodução e incorporando produtos de outros sistemas econômicos. Este processo impõe o uso do dinheiro e submete todas as interações sociais ao domínio das mercadorias.

O Estado capitalista também é influenciado por este processo. Longe de ser uma entidade isolada do valor mercantil, o Estado necessita adquirir mercadorias para sua operação (SOUZA; JOSLIN, 2008). Desde a construção de escolas até a contratação de trabalhadores, todas as atividades estatais requerem o uso de mercadorias, que são financiadas principalmente através de impostos. Estes impostos derivam da mais-valia produzida na sociedade, fruto da exploração do proletariado, e são utilizados pelo Estado para financiar suas políticas e manter sua existência.

Na dinâmica do capitalismo, Conte (2011) afirma que a mercantilização se manifesta através da transformação da produção de bens materiais e culturais em mercadorias. Este processo, conforme argumentado por estudiosos da área, engloba não apenas a produção material, mas também se estende à esfera cultural e de serviços, alterando fundamentalmente a natureza destes aspectos. Tudo, sob o capitalismo, acaba se convertendo em mercadoria, levando à predominância do cálculo mercantil em todos os âmbitos da vida, desde a economia doméstica até a formação estatal. Neste cenário, a renda precisa superar

as despesas para evitar o endividamento, refletindo a lógica capitalista em diversos níveis da sociedade.

O autor supracitado ainda acrescenta que a mercantilização exerce um impacto profundo na cultura e na mentalidade das pessoas. A transformação de quase todos os aspectos da vida em mercadorias faz com que o dinheiro se torne um requisito essencial para a sobrevivência e o consumo. Essa realidade cria uma situação onde a posse material predomina sobre a essência do ser humano. Conseqüentemente, a mentalidade burguesa, com seus valores de posse, riqueza e dinheiro, torna-se dominante, influenciando profundamente as emoções e concepções sociais.

Rios (1972, p. 266) explica que "(...) Na Europa, o mercantilismo foi apenas uma fase na evolução histórica do capitalismo. Embora a Inglaterra fosse até o século XVII cruamente mercantilista em sua política econômica de Estado. Daí se propagaram por toda Europa, enfim por Portugal e Espanha, mito orientadas para o que hoje se chamaria o modelo Francês".

Junto à mercantilização, posteriormente, surge a burocratização, um processo que responde às necessidades do capitalismo, criando uma classe auxiliar para a burguesia, a burocracia. Este grupo torna-se fundamental tanto no comando do aparato estatal quanto nas empresas capitalistas (MÉSZÁROS, 2008). A burocratização também se faz presente na sociedade civil, evidenciada pela emergência de organizações como partidos políticos, sindicatos e igrejas. Esta tendência acompanha a mercantilização, exigindo a gestão eficiente da produção, distribuição e promoção de mercadorias. Conseqüentemente, a educação e o lazer, ao se tornarem mercantilizados, também passam por um processo de burocratização, refletindo a influência do capitalismo em todos os setores da sociedade.

A burocracia estatal desempenha um papel crucial na manutenção das relações de produção capitalistas, ao mesmo tempo em que busca a sua própria expansão. Especialistas em ciências sociais salientam que esta expansão da burocracia estatal é acompanhada pelo crescimento da burocracia civil. A burocracia empresarial, por sua vez, é essencial para facilitar a exploração e a geração de lucro no capitalismo (LAVAL, 2004). As burocracias, tanto no setor civil, quanto nas instituições estatais, têm a função de controlar aspectos sociais variados, como educação, cultura, lazer e política, para assegurar tanto a sua própria perpetuação, quanto a das relações de produção capitalistas.

Este processo de burocratização crescente nas relações sociais também acarreta mudanças culturais, dando origem a uma mentalidade burocrática caracterizada por controle, autoritarismo e abuso de poder. Conforme descrito por Mészáros (2008), essa mentalidade burocrática se integra à mentalidade burguesa, gerando valores fundamentais ligados ao poder e à ordem, além de sentimentos de superioridade e inveja. Ela promove a aceitação de estruturas de gestão, normas e formalismos como necessários e justificados.

A competição social, segundo Mészáros (2008), é identificada por como um traço marcante do capitalismo, é um processo que engloba a concorrência entre trabalhadores, capitalistas e burocratas em diversos âmbitos. Ela se manifesta nas empresas, no mercado de trabalho, na ascensão profissional e na disputa por mercados consumidores e avanços tecnológicos. Esta competição se estende por toda a sociedade, incluindo áreas como educação e organizações burocráticas. Exemplos claros são o vestibular, as eleições e os esportes, onde a competição esportiva se entrelaça com a competição social.

Grossi, Gasparotto e Vieira (2014) citam que a luta por ascensão social, poder, riqueza, fama e *status* se torna uma constante na vida cotidiana, permeando não apenas o trabalho e as instituições, mas também as relações pessoais e familiares. Esta realidade está intrinsecamente ligada aos processos de mercantilização e burocratização, que incentivam a busca pela riqueza e pelo poder.

O processo capitalista contribui significativamente para a formação de uma mentalidade competitiva na sociedade, como destacam autores como Viana (2015).

Neste contexto, as pessoas tendem a se tornar excessivamente competitivas, buscando vencer em diversos aspectos da vida. Essa mentalidade não se limita apenas a competições tangíveis, mas também se estende a preferências pessoais, como gostos musicais ou apoio a times esportivos. Esse comportamento competitivo pode inclusive alimentar preconceitos, como o racismo. Estudos sociológicos de Mannheim (1972) e Bourdieu (1984) corroboram com essa observação, demonstrando como essa mentalidade permeia até mesmo a produção intelectual.

A mentalidade competitiva, segundo Mészáros (2008), tende a reforçar valores associados ao mercantilismo e à burocracia, como o desejo por dinheiro e poder, e sentimentos como inveja. Contudo, ela também pode se manifestar em outras formas. Cazavechia (2016) menciona um fato muito observável, onde

o indivíduo valoriza atributos como beleza ou cultura, como uma forma de compensação por perdas em outros campos sociais.

A sociabilidade capitalista, conforme apontado pelos especialistas, é fundamental na formação social dos indivíduos. A socialização não formal, que ocorre principalmente em ambientes como a família, é profundamente influenciada por essa sociabilidade (VIANA, 2009). Embora a família possa oferecer um ambiente de menor competição e maior solidariedade, ela ainda é um produto da sociabilidade capitalista e, portanto, tende a reproduzir seus valores, embora com certas especificidades.

O aspecto crucial, como sugerido por Mészáros (2008), é a compreensão da existência de uma sociabilidade dominante no capitalismo, que molda a socialização de maneira involuntária e não consciente. Esta sociabilidade é reforçada pelas representações cotidianas e ideologias, tornando-se ainda mais influente. Embora algumas famílias e grupos tentem estabelecer formas alternativas de sociabilidade, esses esforços são geralmente marginais. Transformar esta sociabilidade dominante requer mudanças substanciais no modo de produção capitalista, não apenas a adoção de valores e concepções alternativas.

3. ABORDAGENS CAPITALISTAS NA EDUCAÇÃO: O ENSINO FORMAL

A educação formal, distinta da socialização informal, caracteriza-se por sua natureza estruturada e institucionalizada nas escolas. Segundo teóricos da educação, as escolas, como entidades modernas, operam sob controle estatal com o objetivo de perpetuar as relações de produção capitalistas. Elas são projetadas para a socialização e a ressocialização formal de crianças e jovens, preparando-os para se integrarem à sociedade capitalista.

Na sociedade capitalista, diferente de outras formas sociais anteriores, mesmo as classes exploradas necessitam de um nível de conhecimento específico para constituir a força de trabalho exigida pelo capital. As escolas dedicadas à educação formal proporcionam os conhecimentos básicos necessários tanto para o trabalho simples e menos qualificado em certos setores, quanto para a formação de uma força de trabalho especializada.

Ademais, as escolas intencionalmente transmitem valores dominantes e legitimam tanto a sociedade capitalista quanto o aparato estatal. Seja através do ensino de moral e civismo, ou da cidadania, o propósito é validar a sociedade

vigente, criando adesão por meio de valores, concepções e sentimentos, como patriotismo, religiosidade e moralidade (VIANA, 2009).

No processo de ressocialização formal, realizado pelo ensino técnico ou universitário, há um aprofundamento visando a especialização da força de trabalho e a adesão a responsabilidades sociais, como participação eleitoral e adesão ao capitalismo.

Segundo Cazavechia (2016), as instituições escolares são entidades burocráticas que refletem uma estrutura de dirigentes e subordinados, com uma hierarquia entre os líderes e métodos de autolegitimação e controle. Elas impõem uma violência disciplinar e cultural sobre os estudantes, gerando descontentamento e resistência, o que pode resultar em um ciclo vicioso de revolta e repressão. A burocratização da escola é reforçada pela mentalidade burocrática de seus gestores e da sociedade em geral.

Conte (2011) explica que as instituições escolares, tanto privadas quanto estatais, estão imersas no processo de mercantilização, conforme analisam especialistas no campo da educação. Escolas privadas operam com o objetivo de lucro, transformando a educação em uma mercadoria, influenciadas por relações mercantis como a relação entre proprietários, trabalhadores e alunos. As escolas estatais, apesar de não visarem lucro, não escapam totalmente desse processo de mercantilização, diferindo apenas em intensidade e forma. A mercantilização afeta também a educação escolar, onde se legitima a necessidade de investimento financeiro nos estudos.

Essencialmente, segundo Oliveira (2006), as escolas são cenários de burocratização, mercantilização e competição. Estes elementos se refletem nas práticas de ensino e nas dinâmicas cotidianas das instituições. Assim, a educação escolar acaba por reproduzir a sociabilidade capitalista e a mentalidade burguesa, mas dentro do contexto específico da educação formal.

As salas de aula são espaços onde prevalece uma hierarquia entre professores e alunos, baseada não apenas no conhecimento ou experiência do docente, mas também em regimentos e relações de poder, como os sistemas de exames e controle de presença. A estrutura da sala de aula e a ênfase nas aulas evidenciam uma mentalidade burocrática. Métodos de ensino, sejam tradicionais ou considerados inovadores, muitas vezes reforçam o controle sobre o conhecimento, em vez de promover seu desenvolvimento.

O controle do conhecimento exercido pelas instituições escolares origina-se no aparato estatal, por meio de legislação e fiscalização educacionais,

como aponta Mészáros (2008). Este controle estatal se estende tanto às instituições privadas, através de financiamentos e convênios, quanto às estatais, onde a interferência é ainda mais direta na burocracia escolar, influenciando aspectos como financiamento de pesquisas e merenda escolar.

Mészáros (2008) sustenta que a educação, como está estruturada atualmente, opera dentro dos limites impostos pelo capitalismo. As reformas educacionais, por mais abrangentes que sejam, tendem a ser superficiais e a não questionar ou desafiar os fundamentos do sistema capitalista.

Essa perspectiva é ilustrada através da análise das ideias de Adam Smith e Robert Owen, que, apesar de reconhecerem os problemas inerentes ao capitalismo, não conseguiram transcender os limites impostos por este sistema em suas propostas de reforma educacional. As sugestões de Smith centravam-se em apelos moralizantes para a utilização do tempo livre dos trabalhadores, enquanto Owen focava no esclarecimento dos capitalistas, ambos sem abordar a raiz dos problemas.

A tese central de Mészáros (2008) é que uma verdadeira transformação social exige uma ruptura com a lógica do capital. Ele argumenta que modificar a educação implica em alterar o modo como internalizamos e compreendemos o mundo, desafiando a concepção dominante que sustenta o capitalismo. Isso requer uma mudança radical não só nas práticas educacionais, mas também em nossa compreensão de mundo e nas estruturas sociais e econômicas que moldam a educação.

Deste modo, a visão de Mészáros (2008) propõe uma reavaliação profunda do objetivo e da natureza da educação em uma sociedade capitalista. Ele sugere que, para alcançar uma mudança verdadeira e significativa, é necessário ir além das reformas superficiais e questionar as próprias fundações sobre as quais o sistema educacional e a sociedade estão construídos. Este desafio implica em repensar a educação não como um meio para perpetuar o *status quo*, mas como um instrumento de emancipação e transformação social, libertando-a das amarras do capital e redirecionando-a para o desenvolvimento humano integral e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As grades curriculares, conforme observado por especialistas em educação, são inicialmente delineadas pelo estado e depois adaptadas pelas escolas, parecendo ser criações dos professores, embora com mínima participação dos estudantes. O conteúdo ensinado nas escolas segue essa diretriz estatal, moldado dentro de um contexto burocrático e hierárquico. A autonomia dos

professores é significativamente limitada nesse ambiente, e a vigilância tecnológica, como câmeras em salas de aula, é uma realidade em muitas instituições.

Deste modo, a educação escolar, segundo Bourdieu e Passeron (1982), bem como Madam Sarup (1980), reflete e amplifica a socialização informal, reforçando a sociabilidade capitalista e a mentalidade burguesa. Há uma interação entre a socialização informal e a educação escolar, onde a escola reforça e reproduz os processos de formação social externos. Contudo, existem contradições, especialmente entre as crianças e jovens das classes exploradas e o sistema escolar. Enquanto a educação escolar é relativamente homogênea, a socialização informal é heterogênea, abrangendo diferentes valores, sentimentos e concepções, especialmente nas classes exploradas, onde se destacam diferenças que podem entrar em conflito com a escolarização.

Portanto, a educação escolar não apenas reforça, mas também se opõe, em alguns aspectos, à socialização informal. Apesar de seguir a lógica da sociabilidade capitalista, ela manifesta suas próprias formas de operação e, em alguns casos, gera resistências, não apenas entre os indivíduos das classes exploradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises levantadas por esta pesquisa, verificou-se que a influência da ideologia capitalista no sistema educacional tem implicações profundas na formação social do indivíduo e na estrutura da sociedade como um todo. A revisão bibliográfica indicou que as práticas e políticas educacionais capitalistas influenciam e modelam significativamente a percepção e o comportamento dos indivíduos, limitando frequentemente a educação ao papel de um instrumento de mercado, em vez de uma ferramenta para emancipação e desenvolvimento integral dos indivíduos.

A mercantilização da educação tem efeitos diretos na equidade e inclusão social, criando barreiras e perpetuando desigualdades. A tendência de tratar a educação como uma mercadoria submete-a a lógicas de mercado que priorizam lucro e eficiência em detrimento da qualidade e acessibilidade, impactando negativamente grupos historicamente marginalizados. Este cenário é agravado pela marginalização progressiva do Estado em seu papel de financiador e gestora educação, favorecendo práticas que promovem a privatização e a comercialização do ensino.

Entretanto, verifica-se a ocorrência de alternativas pedagógicas que desafiam as dinâmicas capitalistas, promovendo uma educação mais centrada no ser humano, na igualdade e na justiça social. Estas alternativas vão ao encontro da possibilidade de um sistema educacional que não apenas resiste às pressões do capitalismo, mas também promove um desenvolvimento humano mais holístico e equitativo. Deste modo, a questão central de como o sistema educacional influenciado pelo capitalismo afeta a formação social do indivíduo é respondida identificando-se que este sistema tende a reproduzir e reforçar as estruturas e relações de poder existentes.

Isso destaca a necessidade imperativa de repensar e reestruturar o sistema educacional para que ele possa cumprir seu verdadeiro papel na sociedade: o de facilitar a emancipação dos indivíduos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e consciente. A compreensão dessa dinâmica é essencial para enfrentar os desafios atuais e futuros na educação e para promover mudanças significativas que transcendam as limitações impostas pelo sistema político capitalista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando et al. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. 2010. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu. São Paulo: Ática, 1984.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.-C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

CAZAVECHIA, William Robson. **Reunião científica Regional da ANPED**. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. XI ANPED, Sul. Curitiba, Paraná. 2016.

CONTE, Isaura Isabel. **Educação em tempos de mercantilização**. R. FAGED, Salvador, n. 20, p. 51-63, jul./dez. 2011.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 11ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1978.

GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante; VIEIRA, Monique Soares. Mercantilização da política de educação: o processo de transformação do direito em mercadoria. **XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade Contemporânea**. VII Amostra de trabalhos jurídicos científicos. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

KORSCH, Karl. **Karl Marx**. Barcelona: Ariel, 1983.

LAVAL, Chistian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina, PR: Planta, 2004.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. 2ª edição, São Paulo: Global, 1986.

_____. (1986a) **O capital**: crítica da economia política. Volume III, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa. jun./dez. 2008, v.4, n.1, p. 95 - 112.

OLIVEIRA, D. A. A educação para além do capital. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 97, p. 1373–1376, set. 2006.

RIOS, José Arthur. A tradição mercantilista na formação brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 26, n. 3, p. 255-272

SOUZA, Gláucio Jorge de; JOSLIN, Érica Barbosa. As implicações do capitalismo na educação. **Revista Ciência Contemporânea Tavares**. São Paulo: Boitempo, 2008.

VIANA, Nildo. **O modo capitalista de educação**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2017/01/o-modo-capitalista-de-educacao.html> . Acesso em: 02 dez. 2023.